

**ATA DA OCTOGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta e um minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Coronel David e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para fazer a leitura da ata da sessão anterior.

PEQUENO EXPEDIENTE.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados, deputadas, público aqui presente no Plenário da Assembleia Legislativa e todos aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. *“Ata da Octogésima Quarta Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária.*

PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Noventa e Sete da Octogésima Segunda Sessão Ordinária. Não houve expediente a ser lido. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Coronel David, Renato Câmara, Zé Teixeira, Paulo Corrêa, Zeca do PT, Caravina e Professor Rinaldo. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelas deputadas Lia Nogueira e Gleice Jane. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usou da palavra o deputado Zé Teixeira. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Decreto Legislativo nº 6/2025, de autoria da Mesa Diretora. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 198/2025, de autoria do Poder Judiciário. Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar nº 5/2025, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 237/2025, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 253/2024, de autoria do deputado Neno Razuk. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada ao senhor Willian Girassol, ao Instituto Curumins, ao Instituto Imolé, ao Governo Federal e ao Ministério da Cultura, pela realização da primeira edição da Bienal Pantanal – I Bienal do Livro de Mato Grosso do Sul, que ocorrerá de 4 a 12 de outubro de 2025, em Campo Grande; requerimento, de autoria do

*deputado Zeca do PT, solicitando a reserva do Plenarinho Deputado Nelito Câmara para o próximo dia 15 de outubro de 2025 (quarta-feira), das 14h às 17h, para realização de reunião da Comissão de Desenvolvimento Agrário, Assuntos Indígenas e Quilombolas desta Casa de Leis; requerimentos de informações, de autoria dos deputados Gleice Jane e Caravina; indicações, de autoria dos deputados Junior Mochi, Marcio Fernandes, Jamilson Name, Zé Teixeira, Mara Caseiro, Professor Rinaldo, Caravina e Gleice Jane. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dezoito de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco.” Foi lida a ata, presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, no exercício da primeira-secretaria, o deputado Coronel David, para fazer a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Coronel David - PL) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares. Expediente da Sessão Ordinária do dia 23 de setembro de 2025: Ofícios nºs 789 e 798/2025, do Ministério das Cidades, respondendo às indicações dos deputados Zeca do PT e Pedro Kemp (Prot. nºs 2667/2025, 2041/2025); Ofícios nºs 44, 45, 46, 47, 49 e 50/2025, da Fundação Nacional de Saúde, respondendo às indicações dos deputados Zeca do PT, Junior Mochi, Mara Caseiro e Pedro Kemp (Prot. nºs 1908, 0113, 3093, 2307, 2657, 2850/2025); Ofícios nºs 1.771, 1.788, 1.792 e 1.803/2025, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Zeca do PT e Gleice Jane (Prot. nºs 3203, 2740, 2643, 3338/2025); Ofício nº 9.983/2025, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Neno Razuk (Prot. nº 2706/2025); Carta nº 1.117/2025, da Águas Guariroba, respondendo à indicação do deputado Coronel David (Prot. nº 3005/2025); e-mail da Energisa, respondendo à indicação do deputado Jamilson Name (Prot. nº 3305/2025); carta da Douraplas Mercado Total e Materiais de Construção Ltda., respondendo à moção de congratulação do deputado Renato Câmara (Prot. nº 3305/2025); e-mail de Guilherme Miguel Poli, respondendo à moção de pesar dos deputados Paulo Corrêa, Mara Caseiro, Coronel David e Renato Câmara (Prot. nº 3274/2025); e-mail do Teatro Imaginário Maracangalha, respondendo à moção de congratulação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 3094/2025). Foi lido o expediente da Sessão Ordinária de 23 de setembro de 2025, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à Segunda Parte do Pequeno Expediente. Quero fazer um comunicado: hoje é a segunda etapa das inscrições da 3ª Corrida dos Poderes; já é uma tradição e faz parte das celebrações do Dia do Servidor e de Mato Grosso do Sul. A edição será realizada no dia 25 de outubro, com as seguintes modalidades: três quilômetros (caminhada), cinco quilômetros e dez quilômetros

(corrida) e a corrida kids. A programação começa às 15h, com a primeira largada às 17h10min. Largada e chegada acontecem em frente à Assembleia Legislativa, no Parque dos Poderes. Lembrando que hoje as inscrições se esgotaram rapidamente: em apenas três minutos foi aberta e encerrada a inscrição para o público geral; em quatro minutos, mil e cinquenta e sete servidores já estavam inscritos; e a Corrida Kids, com quinhentas vagas disponíveis, teve todas preenchidas em apenas cinco minutos. Então, nós já temos mais de quatro mil pessoas inscritas; certamente vai ser um sucesso novamente. Quero parabenizar toda a equipe que esteve lá em Costa Rica neste final de semana, junto com a primeira-dama Mônica Riedel e com a Kátia Claro, e fizeram um treinamento maravilhoso, com mais de mil e quinhentas pessoas da região, inclusive dos Estados de Mato Grosso e Goiás. Então, obrigado pela participação; esperamos a todos para mais uma grande Corrida dos Poderes. Quero apresentar uma indicação, pedindo licença ao Plenário para fazer a leitura aqui da Mesa Diretora. Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Dorival Renato Pavan, presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, solicitando esforço para a instalação — que já está criada — da 2ª Vara da Comarca de Nova Alvorada do Sul, pelas razões expostas na presente justificativa, acompanhada de ofício do presidente da OAB/MS e também da Comissão da OAB do município de Nova Alvorada do Sul. Pela ordem de inscrição, com a palavra, o deputado Coronel David. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados. Eu quero apresentar uma indicação deste Poder ao Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), professor doutor Laercio Alves de Carvalho, solicitando estudos urgentes para realização da reforma do auditório do Polo da UEMS de Coxim. Essa demanda foi encaminhada pelo vereador de Coxim, Abílio Vanelli, que reivindica uma reforma completa do espaço, que é o maior anfiteatro da região norte do nosso estado e encontra-se fechado há aproximadamente sete anos, devido às péssimas condições da estrutura e à falta de manutenção adequada. De acordo com as imagens que nós anexamos à nossa indicação, o local apresenta muitas infiltrações no teto, nas paredes, danos nas poltronas, no sistema de ventilação, acúmulo de entulhos, dentre outras deteriorações decorrentes do abandono. Eu queria dizer que um auditório dessa importância, o maior da região norte, fechado há sete anos, é um absurdo, até porque esse espaço é destinado a atividades de cunho acadêmico, científico e cultural; então nós estamos solicitando a recuperação deste espaço, a reforma geral, para que a universidade possa realizar suas atividades com os acadêmicos. Também, senhor presidente, quero encaminhar uma indicação deste Poder ao senhor Marcelo Miglioli, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, solicitando a recuperação das ruas da Aldeia Urbana Água Bonita, localizada no bairro Tarsila do Amaral, nesta capital. Eu estive com a vereadora Luiza Ribeiro em uma audiência pública na Aldeia Água Bonita e a

reclamação é grande dos moradores, de que as ruas estão intransitáveis; é preciso que a prefeitura dê uma atenção especial para aquela comunidade que já enfrenta tantos outros problemas de infraestrutura e, realmente, constatamos que o local precisa dessa atenção da Secretaria de Infraestrutura. Também estou encaminhando uma indicação deste Poder ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de Estado de Educação, e ao senhor Lucas Henrique Bittencourt de Souza, secretário municipal de Educação de Campo Grande, solicitando estudos no sentido de fazer constar, no Censo Escolar, o registro das etnias dos alunos indígenas matriculados nas redes de ensino. Nós estivemos nesta audiência pública na Aldeia Água Bonita, e as mães e os pais dos alunos indígenas estavam dizendo que seus filhos são invisíveis aqui em Campo Grande. Hoje, você não sabe quantos alunos indígenas estão matriculados nas escolas, porque o Censo Escolar não faz constar ali um campo para designar qual é a etnia a que pertence aquela criança. Isso é importante para a realização das políticas públicas na área da educação escolar indígena, e fica difícil fazer qualquer planejamento se você não tem a identificação das crianças indígenas no Censo Escolar. Então, nós estamos encaminhando esta indicação nesse sentido. Por último, senhor presidente, eu quero fazer um registro: o presidente Lula, acompanhado do ministro da Educação, Camilo Santana, sancionou, na quinta-feira, dia 11 de setembro, a Lei nº 15.202/2025, que cria a Carteira Nacional Docente do Brasil, a carteira do professor, e esse documento de identificação terá validade em todo o território nacional e é destinado a professores da educação básica e do ensino superior das redes públicas e privadas. Todos os professores poderão ter essa Carteira Nacional de Docente e a lei prevê, então, que essa carteira possa identificar professores, promover sua valorização e reconhecimento, facilitar o acesso a prerrogativas decorrentes de sua condição, como o acesso a ferramentas de trabalho e desconto em eventos culturais e em diárias de hotéis. Então, é uma lei importante, aprovada pelo presidente Lula, sancionada e já em vigor em todo o território nacional. Era isso, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Por solicitação, com a palavra o deputado Junior Mochi, por inversão.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, antes de fazer a apresentação das minhas indicações, eu queria chamar a atenção do deputado Pedro Kemp e parabenizá-lo pela apresentação da indicação com relação ao auditório do prédio da UEMS em Coxim. Há dois anos, senhor presidente, eu estive lá, levei uma equipe técnica e pedi ao reitor que fizesse um projeto para a gente buscar o apoio financeiro do Estado, mas nada foi feito. Então, é muito justa essa indicação hoje apresentada. Eu reforço: está abandonado! É o único espaço que nós temos na cidade de Coxim que tem trezentos e sessenta lugares, para eventos dessa natureza e eventos maiores; é extremamente importante e espero que o reitor, o professor Laércio, dê uma atenção especial a essa

solicitação hoje apresentada. Senhor presidente, também quero apresentar algumas indicações, e passo a fazer a leitura delas. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, para que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Antônio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando a aquisição de dois veículos, sendo um destinado à Secretaria Municipal de Saúde e outro ao Departamento de Agricultura do município de Bodoquena, em atenção ao pedido formulado pelo vereador Mário Roberto Severino Ferreira, da Câmara Municipal de Bodoquena, encaminhado ao nosso gabinete por meio de ofício, conforme documento anexo. Também, senhor presidente, indico à Mesa Diretora que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Antônio Carlos Videira, solicitando a viabilidade da cessão de um caminhão-pipa do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, dentre aqueles veículos já baixados do patrimônio estadual, em atenção a pedido formulado pela vereadora Maria Eloir Rodrigues Vilande, da Câmara Municipal de Coronel Sapucaia, conforme ofício anexo. Também, senhor presidente, requeiro à Mesa que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo à senhora senadora da República Soraia Vieira Tronicke, solicitando a destinação de um veículo tipo van para atender a área da saúde no município de Coronel Sapucaia. O pleito justifica-se diante da demanda apresentada pela população local, conforme ofício anexo formalizado pela vereadora Maria Luiza e demais vereadores da Câmara Municipal de Coronel Sapucaia. Também, senhor presidente, penúltima indicação: para o secretário de Justiça e Segurança Pública, solicitando a doação de veículo tipo caminhonete que já foram, ou venham a ser, substituídos, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviço Público no município de Pedro Gomes, em atenção ao pedido formulado pelo vereador Sérgio Carlos Bidu, da Câmara Municipal de Pedro Gomes, encaminhado ao nosso gabinete por meio da Indicação nº 044/2025, conforme documento anexo. Por último, requeiro à Mesa que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Antônio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando a doação de veículos tipo caminhonete que já foram, ou venham a ser, substituídos, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Pedro Gomes, em atenção ao pedido formulado pelo vereador Sandoval Alves de Oliveira, que encaminhou solicitação ao nosso gabinete por meio do Ofício nº 007/2025, conforme documento anexo. Eram apenas estas as indicações, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João Henrique. Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas deputados, público presente, telespectadores da TV Alems e também das

redes sociais. Senhor presidente, tenho aqui algumas indicações. Na primeira delas, indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do Estado, Eduardo Riedel, e ao secretário de Estado de Segurança Pública, senhor Antônio Carlos Videira, solicitando a disponibilização de novas viaturas para a 9ª Companhia de Polícia Militar de Dourados, para a Polícia Civil e o DOF, que têm feito patrulhamento em toda essa região na área de fronteira. É um trabalho importante, que precisa de instrumentos que estejam em boas condições. Então, esse é o encaminhamento que a comunidade de Dourados tem nos apresentado, e temos a certeza de que seremos atendidos nessa solicitação. Também, senhor presidente, apresento uma moção de congratulação ao Hospital do Amor de Dourados, que fez, na semana passada, um trabalho muito importante com a "Missão Gênese - Uma Jornada Nanocientífica". A Missão Gênese leva informações às nossas crianças e jovens por meio de uma carreta interativa, proporcionando às escolas a oportunidade de acessar diversos conteúdos valiosos. O objetivo é transmitir conhecimentos que as crianças possam compartilhar com suas famílias, abordando temas como a importância de ações preventivas e os alimentos que podem aumentar o risco de câncer. Então, foi muito produtivo e eu quero aqui parabenizar toda a equipe dos apoiadores dessa associação importante de Dourados que tem prestado serviço a toda a comunidade. Também, senhor presidente, quero fazer uma indicação, após ouvido o douto Plenário, encaminhada ao senhor governador Eduardo Riedel e ao secretário de Estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, solicitando a realização da reforma integral do prédio antigo e melhorias emergenciais na Escola Estadual São Gabriel, localizada no município de São Gabriel do Oeste. Estive em São Gabriel do Oeste, e, em uma agenda muito produtiva com o governador e com os nobres colegas deputados, tive a oportunidade de conhecer essa escola, que foi ampliada — com a parte nova toda bem estruturada. Porém, no prédio antigo faltam vários reparos importantes, essenciais para a segurança das nossas crianças. Então, aqui, estou encaminhando, a pedido de toda a direção da Escola São Gabriel, que possa ser colocado na programação do Estado e que ocorra essa reforma no prédio antigo. Também, senhor presidente, quero fazer uma indicação verbal, mas que já está sendo encaminhada ao sistema. Ontem, na Conferência da Agricultura Familiar — e eu quero parabenizar o deputado Zeca do PT pela organização — esteve presente a senadora Simone Tebet. E junto com o prefeito de Sidrolândia, Rodrigo Basso, entregamos à ministra, com cópia também à ministra Fernanda, solicitação de recurso financeiro ao Programa Proleite, que é um programa pelo qual nós temos militado. E tudo isso foi muito discutido aqui na Frente Parlamentar do Leite — a qual coordeno —, com a participação da Agraer e da UEMS, em várias reuniões. Hoje o Proleite é um programa que já está em andamento, que tem atendido o produtor rural com vacas prenhes de girolando, e tem sido encaminhada articulação para que esse produtor possa ter também embriões de gado

girolando e inseminação artificial. E o mais importante, senhor presidente: ter o acompanhamento técnico não só da Agraer, mas de vários segmentos. Por exemplo, um laticínio que tem ali um técnico, ou município que tem um veterinário, que tem um zootecnista, ou até mesmo a iniciativa privada; quando ele indica esse técnico para esses produtores, ele acaba virando responsável por tudo isso que está sendo oferecido para o produtor. Então, nós encaminhamos esse requerimento para que se possa ter, no Proleite, mais recursos financeiros, porque essa é a limitação. Se tiver recursos federais nesse programa, eu tenho a clara percepção de que nós vamos sair desse momento ruim que a cadeia produtiva do leite passa, por várias ordens que nós discutimos em vários seminários. E também, senhor presidente, aproveitando o espaço, quero fazer um convite a todos os deputados: estaremos, na sexta-feira, em Batayporã, com a comitiva “Leite Ativo”, que é um movimento com o qual estamos percorrendo todo o Estado de Mato Grosso do Sul, levando informações, levando atividades para o setor do leite, que precisa ser resgatado. Como diz o nosso governador Eduardo Riedel: “Ninguém pode ficar para trás”, e como o produtor de leite está atrás, nós temos que trazê-lo junto aos demais setores que já se destacam, no estado, como a suinocultura e a agricultura, que já estão “voando”. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, quero apresentar um requerimento deste Poder ao procurador-chefe do Ministério Público Federal de Mato Grosso do Sul, doutor Luiz Eduardo Camargo Outeiro Hernandez, com cópias ao procurador da república do Ministério Público Federal em Dourados, doutor Marco Antônio Delfino; ao procurador-geral de Justiça do Mato Grosso do Sul, doutor Romão Ávila Milhan Júnior; à superintendente do Ibama em Mato Grosso do Sul, senhora Joanice Lube Batilani; e ao diretor-presidente do Imasul, senhor André Borges de Araújo, nos seguintes termos: considerando matéria divulgada no último dia 22 pelo site Campo Grande News sobre a retirada violenta realizada pela Força Nacional em face dos indígenas do município de Caarapó, Mato Grosso do Sul, que realizavam ocupação em protesto contra constante pulverização de agrotóxicos na região, requeiro as seguintes informações: 1 – Qual o andamento atual das medidas tomadas para garantir a proteção da saúde da comunidade da terra indígena Guýraroká, afetada diretamente pela pulverização indiscriminada de agrotóxicos realizadas nas fazendas da região? 2 – Quais medidas foram tomadas para que os grandes latifundiários, proprietários das fazendas que cercam a referida comunidade realizem a reparação de eventuais danos causados à saúde da população indígena, à produção da agricultura familiar local, bem como à fauna e à flora da região? 3 – Que seja imediatamente determinado pelo Ministério Público Federal a paralisação, sob pena da lei,

de qualquer pulverização na região de assentamentos, próximas a assentamentos, aldeias e comunidades quilombolas. É isso, senhor presidente. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, quero prestar meu repúdio e a vergonha contra o latifúndio inconsequente, irresponsável e bandoleiro deste estado, que não se constrange — com a pulverização — em comprometer a saúde de gente absolutamente pacífica que está nas aldeias, nos assentamentos e nas comunidades quilombolas, tratando de sobreviver. É uma vergonha que, em pleno Século XXI, essa gente inconsequente continue atentando contra a vida de pessoas inocentes. Segunda coisa, senhor presidente: quero agradecer Vossa Excelência, por permitir realizar, ontem, aquela que foi a maior manifestação pacífica dos trabalhadores rurais sem-terra aqui neste Plenário, discutindo a agricultura familiar e a reforma agrária como ferramentas de construção de cidadania, dignidade e produção de alimentos de boa qualidade para o nosso povo. Mil e quinhentos crachás foram distribuídos para entrada neste recinto e, aproximadamente, quinhentas pessoas ficaram lá fora, tomando chuva, mas resistindo; como sempre resistiram, no sonho, na luta responsável de construir oportunidades para a reforma agrária e para a construção de uma vida melhor. Senhor presidente, quero agradecer a Vossa Excelência, aos funcionários desta Casa que contribuíram para cuidar das crianças, porque muitas mães acampadas trouxeram as crianças pequenas. Eu quero agradecer particularmente a nossa funcionária Silvana — está ali sentada, aquela bela moça — e a Gláucia, que foram lá brincar com as crianças, no sentido de mantê-las enquanto suas mães e seus pais participavam do debate. Quero agradecer a participação da ministra Simone Tebet e da Fernanda, secretária-executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário; do companheiro João Pedro, diretor de cadastramento do Incra nacional, e dizer a Vossa Excelência que, nos próximos quinze dias, deve ser determinada uma reunião em Brasília, articulada pela ministra Simone Tebet, com a participação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Incra nacional e da Superintendência do Incra no estado e do MDA, com convite feito a esta Casa — à Comissão de Agricultura, Pecuária e Políticas Rural, Agrária e Pesqueira — para que definamos o calendário, inclusive dos recursos que vão ser disponibilizados até o final do ano para assentar a meta de aproximadamente quatro mil novas famílias aqui em Mato Grosso do Sul. Por último, senhor presidente, solidarizo-me com os funcionários públicos deste estado, que foram convocados para participar da vergonhosa atividade no domingo, de filiação do ex-governador Reinaldo Azambuja no PL do Bolsonaro. Servidores públicos foram obrigados a sair de casa para participar do evento, colocar camisa de partidos políticos, de liderança, deputado João Henrique, vergonhosamente, porque eles não conseguem mobilizar; e, portanto, àqueles que foram

obrigados a ir para o evento da direita, eu quero me solidarizar com eles, porque sei que foram, senão, muito provavelmente, seriam penalizados. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença, nesta Casa de Leis, do senhor Renato Mendonça, secretário de Saúde de Bela Vista; também do senhor Hans Hater e da senhora Rosimar Nunes, vindos da Alemanha em visita aos familiares do deputado Professor Rinaldo e sua esposa. Obrigado pela presença aqui no nosso Plenário. Com a palavra, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Bom dia, presidente e nobres pares. Tenho uma indicação ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Antônio Carlos Videira, ao comandante da Polícia Militar, coronel Renato, e ao comandante do Corpo de Bombeiros Militar, coronel Frederico, solicitando a realização de estudos para alteração da idade-limite para passagem compulsória para a reserva remunerada dos militares estaduais. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Só para responder ao deputado Zeca do PT. Nós iremos atropelar o PT nessas eleições, deputado. Domingo tivemos uma festa democrática, de que vocês tanto falam — mas só falam da boca para fora. Vamos dar uma surra em vocês.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente e Mesa Diretora, caros deputados, deputadas, senhoras e senhores, aqueles que nos acompanham pela TV e rádio ALEMS. Tenho uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso do Sul, senhor Jaime Verruck, e ao diretor-presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), senhor Fernando Luiz Nascimento, solicitando, em regime de urgência, a disponibilização do serviço de patrulha mecanizada, composta por tratores, grades aradoras, carretas agrícolas e demais implementos, para atender a comunidade indígena da Aldeia Nhanderu Marangatu, em Antônio João. A presente indicação atende a uma demanda do vereador Reginaldo (Didi), do município de Antônio João, tendo em vista a necessidade de fortalecer a produção agrícola familiar indígena, promovendo a segurança alimentar, o desenvolvimento sustentável e a geração

de renda para a comunidade. Tenho também aqui uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação à Associação Cultural e Esportiva de Nova Andradina (Acena) —, representada pelo presidente Elton Yuzo Jodai, pelo evento em comemoração aos sessenta e cinco anos de tradição nipo-brasileira, realizado no dia 20 de setembro de 2025, na cidade de Nova Andradina. Desde 1908, com a chegada do primeiro navio Kasato Maru, trazendo inúmeros imigrantes japoneses, a relação Brasil–Japão vem se fortalecendo. A Acena é representação fiel dessa relação centenária. Ela nasceu no dia 13 de setembro de 1960, um ano após a emancipação do município de Nova Andradina, e provavelmente é a mais antiga associação da cidade. Verdadeiro símbolo de tradição japonesa, a Acena preserva valores, fortalece laços e mantém viva essa cultura que ajudou a construir a história de Nova Andradina. Posto isso, espera-se a aprovação. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, presidente deputado Gerson Claro e demais colegas, senhores e senhoras que prestigiam esta Sessão, em especial ao "Alemão", nosso querido Hans Hater, juntamente com a Rose Nunes Hater, que vieram de Bremen, Alemanha, conhecer o nosso Pantanal, Bonito e a nossa querida Campo Grande, acompanhados aqui da doutora Cristiane Mendonça Nunes. Sejam muito bem-vindos. Esse casal vem da Alemanha já pela segunda vez, e hoje é um privilégio poder recebê-los aqui na nossa Casa de Leis, Casa da Cidadania. Senhor presidente, quero apenas apresentar algumas indicações; não quero ler todas elas, mas apenas encaminhar ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, doutor Carlinhos Videira, a possibilidade de atender esses nove municípios: Nova Alvorada do Sul, Ponta Porã, Caarapó, Deodápolis, Glória de Dourados, Mundo Novo, Bataguassu, Batayporã e Bonito. Essas comunidades, por meio de suas lideranças, têm nos procurado pedindo que o Governo disponibilize uma viatura para a Polícia Militar e uma para a Polícia Civil. Sabemos que a saúde e a educação sempre foram prioridades da nossa sociedade e, principalmente, em Mato Grosso do Sul, que faz divisa com dois países. Temos uma das maiores fronteiras secas da América Latina, e os problemas que advêm por conta dos entorpecentes — cocaína, maconha —, trazem transtornos à nossa sociedade. E, mais do que nunca, deputado João Henrique, é preciso que a nossa polícia esteja realmente equipada e motivada para dar respostas às demandas existentes. Portanto, senhor presidente, encaminho essas indicações que chegaram ao nosso gabinete. Tenho certeza de que, com a sensibilidade do governador Eduardo Riedel e do secretário Antônio Carlos Videira, essas populações serão contempladas. Era o que tinha para esta manhã. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente e nobres pares. Bom dia a todos que nos visitam, inclusive o casal de alemães que está que está acompanhado pela Cris. Sejam muito bem-vindos ao nosso estado e à Assembleia Legislativa. Tenho uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa, em consonância com as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao prefeito Márcio Novaes Pereira, o Barrinha, ao vice-prefeito Jeffer e ao vereador Elisandro, presidente da Câmara Municipal de Corguinho, em extensão aos demais representantes do Legislativo Municipal, pela realização do 1º Encontro de Cowboys do Taboco, evento festivo que conciliou festa, tradição e união no município de Corguinho, realizado nos dias 12, 13 e 14 do corrente mês. O festejo proporcionou o encontro de famílias e amigos, integrou gerações e atraiu visitantes das demais cidades da região. Mais do que proporcionar uma opção de lazer e entretenimento — bem organizado, com diversão, segurança e infraestrutura —, o 1º Encontro de Cowboys do Taboco trouxe vantagens socioeconômicas ao município de Corguinho, especialmente nas áreas de serviços e geração de renda. A realização foi graças à Prefeitura Municipal, com o apoio da Câmara Municipal e de todo o secretariado do município, que, em exemplo de união, promoveram momentos inesquecíveis para munícipes e visitantes. Foi uma festa que representou um resgate da autoestima de todos lá do Taboco, que há muito tempo esperavam uma festa como essa. Então, quero parabenizar o prefeito Barrinha, o vice-prefeito Jeffer e todos os vereadores, em nome do presidente da Câmara, Elisandro. Também, senhor presidente, tenho uma indicação ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado Educação, Hélio Daher, solicitando a destinação de recursos para a aquisição e instalação de quatorze aparelhos de ar-condicionado nas salas de aula da Escola Estadual Miguel Sutil, localizada no município de Camapuã. O pedido foi formulado pela senhora Elisa Regina de Vasconcelos Lopes, diretora da referida instituição de ensino. Também, senhor presidente, tenho uma ao governador Eduardo Corrêa Riedel e ao secretário de Saúde, senhor Maurício Simões Corrêa, solicitando a destinação de recursos para a aquisição de uma ambulância do tipo UTI Móvel para o município de Figueirão. Essa é uma indicação dos vereadores Rones, Kelly e Wagnei, da Câmara Municipal de Figueirão. Por último, senhor presidente, tenho uma indicação ao nosso governador Eduardo Riedel, com cópia ao presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul (Detran/MS) —, senhor Rudel Espíndola Trindade Júnior, solicitando a instalação de semáforos na avenida Mato Grosso do Sul, no município de São Gabriel do Oeste, no cruzamento com maior fluxo de veículos. A presente indicação atende a um pedido formulado pelos vereadores Valdecir Malacarne, Ramon Gomes, Ana Moreira e Rose

Procópio, da Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste. É o que eu tinha, senhor presidente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (De autoria do deputado Coronel David: seis indicações — Prot. nºs 03516/2025, 03515/2025, 3514/2025, 03513/2025, 3512/2025, 3511/2025. De autoria do deputado Jamilson Name: uma indicação — Prot. nº 3517/2025 —; uma moção de congratulação (Prot. nº 03556/2025). De autoria do deputado Junior Mochi: seis indicações (Prot. nºs 03548/2025, 3547/2025, 3546/2025, 3545/2025, 3543/2025, 3542/2025). De autoria da deputada Lia Nogueira: três projetos de resolução (Prot. nºs 3606/2025, 3605/2025, 3604/2025). De autoria da deputada Mara Caseiro: três indicações (Prot. nºs 03562/2025, 03563/2025, 03566/2025 —; uma moção de congratulação (Prot. nº 3561/2025). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma indicação (Prot. nº 03510/2025). De autoria do deputado Neno Razuk: duas indicações (Prot. nºs 03541/2025, 03540/2025). De autoria do deputado Paulo Corrêa: duas moções de congratulação (Prot. nºs 3501/2025, 03537/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: três indicações (Prot. nºs 3574/2025, 3554/2025, 3553/2025). De autoria do deputado Professor Rinaldo: trinta e duas indicações (Prot. nºs 3519/2025, 3518/2025, 3521/2025, 3530/2025, 3531/2025, 3532/2025, 03533/2025, 03538/2025, 3520/2025, 3522/2025, 03523/2025, 3524/2025, 3529/2025, 3525/2025, 3526/2025, 3527/2025, 03528/2025, 3576/2025, 3575/2025, 03581/2025, 03580/2025, 03582/2025, 03583/2025, 03584/2025, 03585/2025, 3586/2025, 3587/2025, 3588/2025, 3589/2025, 3579/2025, 3578/2025, 03577/2025); um requerimento (Prot. nº 03536/2025); um projeto de resolução (Prot. nº 03590/2025). De autoria do deputado Paulo Duarte: duas moções de congratulação (Prot. nºs 03570/2025, 03569/2025). De autoria do deputado Renato Câmara: duas indicações (Prot. nºs 3504/2025, 03502/2025); duas moções de pesar (Prot. nºs 03505/2025, 03503/2025); dois projetos de resolução (Prot. nºs 03535/2025, 3534/2025). De autoria do deputado Roberto Hashioka: três indicações (Prot. nºs 03571/2025, 3551/2025, 03550/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 3572/2025); um projeto de lei (Prot. nº 03507/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: três indicações (Prot. nºs 3552/2025, 03551/2025, 03550/2025). De autoria do deputado Zeca do PT: uma indicação (Prot. nº 03490/2025); um requerimento (Prot. nº 03573/2025.). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Renato Câmara. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos, deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — sem revisão do orador — Senhor presidente, colegas deputados, parlamentares, esta Casa fez um aporte, por meio de

legislação estadual, no valor de sessenta milhões de reais para complementar, regularizar e equilibrar as contas da Cassems, em benefício dos servidores públicos do Estado de Mato Grosso do Sul. Essa legislação estabeleceu uma forma de prestação de contas, na qual a lei estadual — aprovada por esta Casa — determinou a apresentação dos contratos, das notas fiscais, e que se comprovasse a maneira como seria realizada a internalização desses recursos, valores e pagamentos. É importante destacar que essas contas, dessa maneira, não foram apresentadas ao Tribunal de Contas nem a esta Casa. Digo isso porque já cobrei a prestação de contas de acordo com as obrigações que a lei estabeleceu. E hoje, pasmem, tivemos acesso, deputada Mara Caseiro e deputado Neno Razuk, a uma notificação extrajudicial do Servan, dentre várias outras instituições às quais a Cassems tem atrasado pagamentos, dizendo que vai suspender os serviços com essa entidade. O Servan, para quem não conhece, é a instituição que cuida da anestesia que é feita para realizar qualquer cirurgia ou a menor das intervenções hospitalares que possam ser realizadas. Assim, essa instituição, basicamente, contempla a grande maioria dos anestesistas que são associados em Mato Grosso do Sul. Quer dizer que as cirurgias vão ser suspensas na Cassems? E agora, o ponto que eles colocam nessa notificação extrajudicial é o mais interessante: dizem que existe uma inadimplência referente à competência de setembro de 2025 — com relação a um acordo que foi feito em agosto de 2025 — mas, principalmente, por pagamentos em aberto de 2021, 2022, 2023 e 2024 e algumas questões negociais, como recomposição dos honorários e outras situações. Mas, vejam: esta Casa recebeu a justificativa do governador Eduardo Riedel de que teria de doar esse valor à Cassems para ajudá-la a pagar exatamente essas contas de 2021, vencidas em 2022, porque a entidade estava com dificuldades. Então, o que fez a diretoria e o presidente da Cassems? Não pagaram? Pegaram o nosso dinheiro e enfiaram onde? Voou com o nosso dinheiro? Ora, esta Casa tem algumas falas e algumas considerações que precisamos, neste momento, debater e entender o que é a Cassems. Porque muito se fala: "Foram doados sessenta milhões à Cassems". Mas, vejam: quando analisamos a forma de composição dos recursos da Cassems, chama a atenção que o Estado de Mato Grosso do Sul e a composição de todos os Poderes, no último exercício de 2024 — aberta no site da própria entidade —, é responsável por quatrocentos e setenta e cinco milhões, na condição de patrocinador da entidade, quando oitocentos e quarenta e oito milhões seriam recursos diretos do participante. Então, além dos sessenta milhões, o Estado contribui voluntariamente, por meio de lei também — quer dizer, uma espécie de doação, uma espécie de auxílio à entidade —, o que nenhuma outra seguradora e nenhum outro plano detêm. Vejam que, aproximadamente, 35% dos recursos recebidos pela Cassems são recursos do patrocinador, recursos voluntários instituídos por meio de lei. Se revogarmos a garantia que colocou lá 5,25% do Estado como contribuição facultativa... Inclusive há até uma desigualdade, porque há servidores que são obrigados a escolher a Cassems, porque vão

receber esse benefício de 5,5% a título de contribuição do seu plano de saúde, enquanto outro servidor da mesma categoria, com as mesmas funções e garantias, caso não escolha a Cassems, não recebe esse auxílio para pagar o seu plano de saúde, caso ele não seja Cassems — e agora a Unisaúde. Então, o Estado está criando até uma desigualdade. Sem contar que o repasse desses recursos a esse plano de saúde acontece com zero inadimplência. E, se pegarmos o julgamento que aconteceu no STJ, face à obrigatoriedade da tabela da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), chamo a atenção sobre a obrigatoriedade, a exclusão, sobre o rol taxativo ou não. Houve um dado muito interessante, que quero trazer ainda ao Plenário — está dentro do processo —, para não permitir a exclusão do rol plenamente taxativo e não expansivo da ANS, sobre os medicamentos: analisou-se que os planos de saúde, nos últimos cinco e dez anos, não tiveram prejuízos; e os planos de saúde, de maneira global analisados, são os planos de saúde particulares. E vejam que a Cassems recebe um aporte que os outros planos de saúde não recebem; não recebem inadimplência, porque é descontado em folha do servidor e alavancado 35,91%; é um benefício que o Estado está dando a essa entidade. Como pode haver fornecedores em atraso, deputado, Junior Mochi? Essa picaretagem da Suda Odontologia, que já mostramos aqui... Até mudou de nome. O dono oficial da Suda está fazendo Medicina e quer se formar agora. Isso é um grande negócio! Tanto é que mudaram o nome: agora é Viventeris. O atraso continua vivo, viu, Viventeris? Os dentistas não recebem em dia aquilo que é descontado dos servidores. E, vejam: há um esquema na Odontologia, há um esquema na Oncologia, há um esquema na Hemodinâmica, agora há um esquema na gestão. Tudo é um contrato? A Cassems tem um contrato, um percentual e uma ligação obscura dos titulares dos contratos com o presidente da Cassems. Vai aparecer aqui outra entidade? Vão abrir um esquema agora na anestesia? É isso que está acontecendo? Querem quebrar uma empresa para colocar outra empresa? E percebam: esses pagamentos são glosas não resolvidas de valores para os quais esta Casa fez um aporte para que o servidor não precisasse passar por esse problema. Se a empresa de anestesia parar, as cirurgias de oncologia, de hemodinâmica — de qualquer parte do corpo que tenha necessidade cirúrgica — vão ter de parar. Então, esta Casa tem de começar a fazer sérias reflexões sobre a gestão que está inserida na Cassems, sob pena de não defender e não ouvir aquilo que está acontecendo hoje, deputado Junior Mochi, no Estado de Mato Grosso do Sul. Daqui a pouco vou ouvir o quê? Que o Estado não está reconhecendo a verba da Saúde da Cassems, também? Porque eu vi o vídeo da prefeita de Aral Moreira reconhecendo: “Olha, estamos em dificuldades; o Estado não tem enviado recurso; rogo para que o Estado restabeleça suas finanças”. O prefeito Juliano Ferro disse: “Em cinco anos de mandato, nunca vi uma crise tamanha”. Atribuiu também ao Governo Federal, e eu fiz um pente-fino nas contas de Ivinhema e não vi — deputados Pedro Kemp e Zeca do PT — nenhum atraso do Governo Federal ao município de Ivinhema e ao município de Aral Moreira. Então, vejam: temos aqui

um denominador comum, que são os prefeitos que estiveram, obrigados ou não, junto com o governador, com o Dagoberto e com o Geraldo Resende — agora, por certo, todo mundo vai vir para a direita. Mas, talvez, esses prefeitos não tenham condições de falar e de se libertar totalmente desse governo que os obrigou a estarem ali e de reconhecer a situação fiscal do Estado. Então, vejam: temos dois alertas aqui — o da Cassems atrasando fornecedores e o do Estado de Mato Grosso do Sul atrasando fornecedores; Vossas Excelências sabem disso —, e lá na Cassems temos uma situação um pouquinho avançada: a negociação com fornecedores, para que se diminua aquilo que foi pactuado. “Se você me der um desconto aqui, fizer uma negociata comigo...” Quer dizer, diminui-se o que o cara tem de receber, e ele é obrigado, senão vai falir a empresa dele. Isso está acontecendo de A a Z e demonstra e reforça a importância de dois pontos: 1) Esta Casa abrir a CPI da Cassems e investigar como se gastam cinco, seis, sete milhões de reais com verba de publicidade na Cassems? Há sites que, quando a gente fala a verdade, começam a fazer montagens, alegações mentirosas e falsas a meu respeito. Mas o que eu não consigo entender é por que um orçamento milionário da Cassems para abastecer a mídia, com recurso público — porque o Estado está dando? Então, vamos fazer o seguinte: corte, na lei do Estatuto dos Servidores, o percentual que o Estado repassa para a entidade, e aí vamos ver se ela vai fazer campanha de mídia de cinco milhões todos os anos. E vamos analisar também outro ponto importante: vamos analisar, com precisão, os recursos e os contratos, porque que o servidor público tem o direito de saber a forma, as condições, as vantagens e desvantagens em que foram pactuados. Estou provando aqui para Vossas Excelências: existe uma lei que hoje coloca um repasse, de 2024, de quatrocentos e setenta e cinco milhões de reais de recurso público, voluntários, instituídos, que são internalizados nas contas dessa entidade. Então, façam essa reflexão, para que Vossas Excelências comecem a nos ajudar a trazer esse tipo de debate para o Plenário, para as contas do Estado. Nós temos os prefeitos que estavam lá, obrigados...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Permite um aparte, deputado?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Vou concluir minha fala e permito o aparte a Vossa Excelência. Nós temos, prezados colegas, os prefeitos que estiveram no evento que o deputado Zeca do PT colocou, obrigados ou não, em dificuldade financeira. Então, no lugar de dizer “ora, esse deputado está falando isso porque é oposição”, vamos debater sobre a realidade, sobre os contratos, sobre os números, sobre as decisões que o Estado tem realizado. Eu fiz hoje, mais uma vez, três requerimentos de informações simples. No lugar de me atacar, respondam com os dados. Vamos mostrar quanto tempo o Governo não repassa esses recursos. Vamos mostrar — deputado Zeca do PT — onde o Governo está querendo alocar o dinheiro que solicitou do BNDES. Eu quero debater amanhã, se tiver oportunidade, sobre isso. O Governo do Estado não concluiu — do MS

Ativo, pelos números que levantamos — 25 a 28%. E, quando solicitei por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), o BNDES me respondeu onde o Governo vai investir os recursos, caso sejam liberados, mas não foram liberados por culpa da situação fiscal do Estado e por projetos não executados e não contratados. Isso está na resposta que vou trazer a Vossas Excelências. Mas, quando vejo o Plano de Ação do Governo do Estado, é de chorar, porque seriam obras de grandes investimentos, obras de infraestrutura, obras de desenvolvimento. E se vocês olharem — eu vou trazer aqui e mostrar —, são pedacinhos, recortes, ligações, pequenas pavimentações — muito bem-vindas —, mas, na verdade, fico assustado que isso não seja contratado e executado com dinheiro próprio do Estado. São obrigações e obras que o Estado já deveria estar fazendo sozinho, por conta própria, e não contratando como algo de investimento: recuperação de malha viária. Ontem eu vi o governador de Mato Grosso, Mauro Mendes, andando na BR-163; e vou fazer um desafio aqui ao governador Eduardo Riedel — viu, deputado Junior Mochi? Eles mudaram o nome depois de sua fala. A Suda virou Viventeris e, depois da fala de Vossa Excelência, a CCR MS Via virou Motiva. Então, vou motivar o governador Eduardo Riedel, através de um desafio, a pegar um copo de água ali na BR-163, assim como fez o governador Mauro Mendes, colocar em cima do seu veículo e andar na BR-163. E nós não temos — nem estadual, nem federal — nenhuma rodovia... Talvez porque o governador só goste de andar de avião Di Piaggio, a “Ferrari do ar”. Talvez ali no ar, se não tiver turbulência, deputado Zeca do PT, ele consiga colocar um copo de água em cima do painel do avião e não balançar; mas nas nossas rodovias, não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vossa Excelência vai me permitir um aparte?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu estava concluindo a minha fala, mas concedo a Vossa Excelência o aparte.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, só por compromisso com a literalidade da fala, eu não me preocupo em fazer defesa da Cassems, dos contratos, do presidente; não se trata disso. Mas, assim, nós temos uma lei, e Vossa Excelência usou várias vezes a expressão “repasse”: repasse para a Cassems, repasse de quatrocentos milhões, repasse... Em razão do meu compromisso jurídico com aquilo que a lei determina, eu não posso deixar Vossa Excelência continuar falando em “repasse”, porque o Governo não faz e não pode fazer repasse para a Cassems, a não ser que seja autorizado por lei, como fizemos com aqueles sessenta milhões. Os quatrocentos milhões que vão para a Cassems não são para a Cassems: trata-se de contribuição, deputado Pedro Kemp; contribuição estabelecida por lei ao plano de saúde do servidor, que é para a Cassems, assim como é a Unisaúde. Então, só para não deixar dúvida à população que nos assiste — a gente tem responsabilidade —, não há repasse financeiro para a Cassems; há uma contribuição legal estabelecida para o servidor ter um plano de saúde, que é ao servidor. E

aí são quatrocentos, quinhentos, de acordo com o número de servidores, se o servidor for filiado à Cassems. Se o servidor quiser sair amanhã — não é assim, deputado Paulo Duarte? —, e quiser migrar para a Unimed, para a Unisaúde ou para outro plano de saúde, ele vai; mas não é repasse do Governo. Só pelo compromisso com a literalidade. Segundo: Vossa Excelência saiu do assunto da Cassems e foi para a transparência do Governo. Eu preciso dizer, deputado, que o Governo do Estado — nota do Tesouro Nacional desta semana — recebeu atribuição de nota A na gestão de contas públicas, falando exclusivamente da qualidade da informação contábil de 2024, atingindo a nota — olhem, gente, pasmem — 96,468 em informação contábil. Então, dizer que um governo que tem 96,468 — nota A nacional — é um governo que não dá informação... Aí o senhor tem que fazer esse discurso contra o Tesouro Nacional, e eu vou assinar junto com o senhor.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Presidente, confesso que fico um tanto desconfortável, por ser Vossa Excelência o presidente — que eu ajudei a eleger todas as vezes —, a pessoa que venha estabelecer algum tipo de contraponto, contraposição, com meu papel digno, honrado e corajoso, de vir estabelecer questionamentos que não chegaram a esta Casa, que não são algo que a gente consiga facilmente interpretar e entender. Vossa Excelência tenta trazer uma distorção de conceitos e situações, de maneira a tentar aniquilar o conceito por trás da situação que este deputado tenta trazer. Perceba: se o primeiro ponto da fala de Vossa Excelência é “repasse” ou não, deveria constar Vossa Excelência e o governador Eduardo Riedel, porque quem trouxe a palavra “repasse” —, e aqui tenho a mensagem do senhor governador Eduardo Riedel — foi o 3º parágrafo final da fala endereçada a Sua Excelência o senhor deputado Gerson Claro Dino, recebida pela Salj — dia 17 de agosto de 2023 —, com o seguinte parágrafo, que peço ressalva ali: “Com o intuito de auxiliar na diminuição do impacto negativo nas finanças sobre dita instituição, considerando a solicitação apresentada pelo presidente da Casa, por meio do Ofício nº 067, do dia 16 de agosto, apresenta esta proposição para o 'repasse' do valor especificado no projeto de lei anexo.” Eu vou ler de novo: “apresenta esta proposição para o 'repasse' do valor especificado no projeto de lei anexo”. Então, eu gostaria de dizer que, apesar de usar a palavra “repasse” para que as pessoas possam entender, o projeto de lei estabeleceu uma doação, uma subvenção. E, quando estabelecemos que há um recurso de quatrocentos e setenta e cinco milhões de reais — 35% de todos os recursos estabelecidos por meio de repasse, de subvenção, de doação, de transferência, de Pix, de TED, de qualquer que seja a qualificação contábil ou administrativa —, isso nunca, presidente, nunca deixará de ser um recurso do Estado que, por meio de lei — sim, o Estatuto do Servidor —, estabeleceu uma injustiça ao obrigar o servidor a escolher a Cassems, que depois foi obrigado a escolher a Unisaúde, que depois pode ser obrigado a escolher várias outras. Mas, percebam: houve uma pressão, e houve um mandado de segurança que a Unisaúde impetrou, anos atrás, que considerou inconstitucional a sua

exclusão. Então, o que estou discutindo — e que está por detrás, como pano de fundo, deputados, presidente, servidores públicos — é que ninguém pode, sem a devida prestação de contas, sem transparência, ver o que está acontecendo dentro dessa entidade, que é beneficiada, que é tratada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar como uma operadora, como plano de saúde, estar na situação em que está — com tantas subvenções, repasses, doações de dinheiro, de recursos do Tesouro Estadual. Por quê? Se esta Casa decidir revogar parte do artigo do Estatuto dos Servidores Estaduais, imediatamente cessam esses repasses, subvenções, ajudas e auxílios. E, quando analisamos outras operadoras de saúde — deputados Marcio Fernandes e Junior Mochi —, vemos que os contratos realizados com a iniciativa privada são muito mais vantajosos do que aqueles contratados, nas mesmas condições, com a Cassems; por isso está em situação de dificuldade; por isso a qualidade do serviço da Cassems está uma porcaria. Enquanto isso, a vida particular e privada das pessoas que recebem contratações milionárias de recursos que estão sendo subvencionados pelo Tesouro Estadual está na bonança: comprando carro de cinco milhões de reais, comprando jato, construindo mansões de um, dois, três, quatro, cinco terrenos — como já mostrei o Fabrício Colacino fazendo aqui em um dos maiores condomínios de Campo Grande. Isso é uma vergonha! Ninguém aguenta mais a Cassems continuar nessa situação. Isso é uma hipocrisia. Esta Casa deve satisfação aos servidores; esta Casa tem obrigação moral de instaurar essa CPI, que já esteve muito perto de ser instaurada, e que vários colegas parlamentares têm vontade de abrir para escancarar aquilo que já trouxe, nesta tribuna. Em uma situação, deputado Junior Mochi? Tem mais de dez. Essa empresa não aguenta uma auditoria: um bilhão e quatrocentos milhões de reais, todos os anos, sem prestação de contas ao Ministério Público, à Assembleia Legislativa, ao Tribunal de Contas, apenas a uma auditoria de diretores e sindicalistas, presidentes de federações que estão lá recebendo salários, mas que, na verdade, são reféns, porque não têm outra opção a não ser, todas as vezes, carimbar e aprovar aquilo que é feito com grande hegemonia, algo já criticado pelo próprio Partido dos Trabalhadores, logo que o deputado Zeca do PT assumiu. Na ocasião, ele criticou a falta de transparência e de renovação interna. Então, não me venham dizer sobre a falta de necessidade de abrimos mais essa caixa-preta. Eu acho que esta Casa tem a possibilidade de trazer grande contribuição aos servidores de saúde — aliás, que agora sequer terão a possibilidade de administrar aquilo que é próprio deles, dado pelo Estado de Mato Grosso do Sul, com muito suor e ajuda —, uma vez que, agora, o Instituto Aqua... Então é Viventeris, Motiva, Aqua... Tudo isso vai entrar lá e começar a receber para fazer aquilo que deveria estar sendo bem feito há muito tempo: prestação de serviço de qualidade. E a gente vai mostrar muita sujeira que está por detrás dessas contratações. É com muito prazer...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado!

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — ...que trarei todos os elementos a esta Casa. Obrigado, senhor presidente. Era a minha fala!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu gostaria de registrar, com muito carinho, a presença do deputado federal Vander Loubet, um deputado combativo que trabalha muito pelo nosso país e por Mato Grosso do Sul. Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Senhor presidente, eu queria registrar que, no dia de ontem, tive a oportunidade de acompanhar o governador Eduardo Riedel até São Paulo, na capital, quando lá houve um seminário “Comércio com o Mercado Asiático e Rota Bioceânica”, na Japan House. A Japan House é um centro cultural ali na Avenida Paulista. No mundo só há três centros culturais iguais a esse: um em Londres, um em Los Angeles e, aqui no Brasil, em São Paulo. Quem for a São Paulo vale a pena conhecê-lo, pois ele mostra o Japão contemporâneo. De 2017, quando inaugurado, até hoje, já recebeu mais de quatro milhões e meio de visitantes. O importante: o governador Eduardo Riedel, excelente técnico que é, gestor com a qualidade e o conhecimento que tem, fez uma explanação sobre a importância da Rota Bioceânica para Mato Grosso do Sul, para o Brasil, e apresentou todas as potencialidades do nosso estado. Foi uma palestra de uma hora e meia, mais ou menos, em que o governador, posso assegurar, representou muito bem o nosso estado perante empresários japoneses que buscam oportunidade de investimentos no Brasil — e nós, logicamente, queremos trazê-los aqui para o nosso estado. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o senhor segundo-secretário se há quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, com vinte e dois senhores deputados e deputadas presentes, há quórum para deliberação das matérias.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação, passemos ao Item 1. O deputado Neno Razuk, autor, está presente? Está presente. Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 253/2024. Autor: deputado Neno Razuk. "Acrescenta dispositivos à Lei Estadual nº 5.842, de 24 de março de 2022, que estabelece diretrizes para o atendimento multiprofissional a pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul". A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Eu queria registrar — já foi citado aqui pelo deputado Zeca do PT — um agradecimento aos servidores da Casa que, ontem, na nossa sala multissensorial,

atenderam as crianças que vieram para o evento. Eu recebi centenas de fotos — e eu não estava aqui no Plenário ontem — de crianças que foram atendidas na sala multissensorial. Então, é um orgulho para nós dizer que a gente avança, mais uma vez, e acerta, porque a sala atendeu inúmeras crianças ontem. Parabéns pelo evento e parabéns aos servidores que cumprem sua missão aqui na Casa.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, para justificar meu voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo, para justificar o voto.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Só quero cumprimentar, mais uma vez, o deputado Neno Razuk. A questão da inclusão, mais do que nunca, exige que todos nós estejamos atentos. Hoje eu recebi, no meu gabinete, a nossa querida Mirella Ballatori, irmã do ex-comandante da Aeronáutica aqui na nossa cidade. E ouvindo-a, é algo de entristecer o coração: o sofrimento que essas pessoas têm até para ter acesso ao ônibus, para andar. Ela falou: “Rinaldo, no bairro em que eu moro, eu não consigo andar”. Então, quando vejo um projeto dessa natureza, que atende crianças com autismo, a gente fica muito feliz. E a iniciativa da Mesa Diretora de ter criado esse espaço é fundamental, emblemática e simbólica. Tenho certeza de que outros departamentos públicos da nossa cidade e do estado copiarão esse exemplo, para evitar que essas crianças, que muitas vezes não podem ficar sozinhas, passem por alguns transtornos. Esse espaço é fundamental: tem ali participação lúdica e até um pouco pedagógica. Isso faz com que as pessoas se sintam realmente incluídas do ponto de vista social. Então, mais uma vez, cumprimento a Mesa Diretora pela iniciativa desse espaço e, nesse sentido, justifico meu voto, parabenizando o deputado Neno.

Projeto de Lei nº 253/2024, de autoria do deputado Neno Razuk.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Coronel David (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulto o senhor segundo-secretário quanto ao resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Depois dessa longa e pertinente justificativa do deputado Professor Rinaldo, aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 2. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 029/2025. Autor deputado Neno Razuk. "Concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense a quem especifica". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade,

tendo como relator o deputado Paulo Duarte. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Resolução nº 029/2025, de autoria do deputado Neno Razuk

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Coronel David (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário quanto ao resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadã Sul-Mato-Grossense à senhora Adriana Correia de Lima. Vai ao Expediente. Item 3. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 031/2025. Autor: deputado Roberto Hashioka. "Institui a Medalha do Mérito da Juventude 'Anderson Barão e Luiz Torchetti', e dá outras providências". Lembrando que há um... Eu só queria corrigir, deputado: há um erro material. Onde está escrito "Resolução nº 41/2033", leia-se "Resolução nº 71/2015". Um erro material que podemos corrigir, mas já resolvi deixar registrado aqui. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão... Encerrada a discussão, com a correção da resolução. Em votação.

Projeto de Resolução nº 031/2025, de autoria do deputado Roberto Hashioka.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulto o senhor segundo-secretário quanto ao resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente.
Item 4. Projeto de Resolução nº 036/2025. Autor: deputado Caravina. "Concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense a quem especifica". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Paulo Duarte. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Resolução nº 036/2025, de autoria do deputado Caravina.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulto o senhor segundo-secretário quanto ao resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp — PT) — Presidente, são dezanove votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao senhor Lúcio Roberto Calixto Costa. Vai ao Expediente. Item 5. Em segunda discussão e votação nominal...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, eu gostaria de pedir vista...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Projeto de Lei Complementar nº 004/2025, com pedido de vista ao deputado João Henrique. Item 6. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 146/2025. Autor: deputado Marcio Fernandes. "Inclui, no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, o 'Brasileirão de Laço Comprido' e o 'Encontro de Laço Comprido do CLC', a serem realizados anualmente no mês de junho, no Parque do Peão CLC, em Campo Grande, e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto, à Emenda Substitutiva Integral 01 e à Emenda de Redação 02, tendo como relator o deputado Neno Razuk. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 00146/2025, de autoria do deputado Marcio Fernandes.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Coronel David (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezoito votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Quero pedir a retirada de três Requerimentos: nº 2641, nº 3130 e nº 3131.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com o pedido de retirada de pauta do deputado, esta presidência, invocando o artigo 1715, informa que, normalmente, o pedido de vista é despachado imediatamente, sem consulta ao Plenário. Porém, como é

o terceiro pedido de vista dos mesmos requerimentos, a presidência entende que não pode ficar infinitamente adiando a situação. Ou retira-se definitivamente, ou não se retira mais. Assim, esta presidência vai colocar em votação do Plenário: se for concedida a retirada, acato; se não, colocaremos em votação.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcio Fernandes.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Eu gostaria de pedir destaque desses requerimentos apresentados pelo deputado João Henrique.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Primeiro vamos colocar o pedido de retirada de pauta dos três, em bloco. Solicito aos deputados: os que concordam em votar hoje, permaneçam como se encontram. Aqueles que concordam com a retirada de pauta, que se manifestem.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado João Henrique, para discutir.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Apenas uma constatação, a título de discussão. O momento da votação e da apreciação de qualquer requerimento simples, por mais que o Regimento Interno permita consulta ao Plenário, é um momento individual de cada parlamentar. Todas as vezes que solicitei a retirada, como vários outros já fizeram, foi por entender a necessidade de quórum adequado. A vontade do Governo de não responder às informações é tamanha que prefere obrigar a votação para enterrar o pedido. Senhor presidente, mantenho o pedido de retirada para que o Plenário aprecie, mesmo contra a vontade do Governo.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Vossa Excelência ainda pode vencer.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vossa Excelência tem razão — e a gente chama isso, no Direito, de "jus esperneandi"— em pedir retirada, que foi concedido três vezes, mas a Mesa Diretora também tem razão em consultar o Plenário. Conforme a consulta, a manifestação manteve a votação para hoje. Esta Casa é democrática. Quero esclarecer aos senhores deputados: pode ser feito destaque individual ou votação em bloco.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Pode ser por voto?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Pode ser em bloco, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Votação em bloco. Vamos votar os demais requerimentos e deixar esses três para depois. Item 7. Em discussão única e votação simbólica. Dois requerimentos, doze indicações, uma moção de aplauso e sete moções de congratulação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Não havendo oposição, dou por aprovados. Agora, conforme solicitado, votação em bloco dos três Requerimentos nº 2641, nº 3130 e nº 3131.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu gostaria de solicitar votar um a um, presidente, porque tenho uma posição com relação a um requerimento e outra posição diferente com relação ao outro.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Essa decisão, em razão da solicitação de votar em bloco, eu mantenho. Mas, mesmo em bloco, Vossa Excelência pode manifestar posição individual: favorável a um e contrário a outro.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, deputado Jamilson Name.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Vai ser voto nominal?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Voto em bloco.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Em bloco.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Voto em bloco, e quem quiser individualizar, se manifeste, que registramos.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — OK.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão os três requerimentos...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Para discutir, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu jamais votaria aqui contra a prerrogativa, de qualquer parlamentar, de fiscalizar o Governo do Estado. Essa é uma obrigação e uma função do Poder Legislativo: não só aprovar a Lei Orçamentária todos os anos, a LDO, mas também fiscalizar as ações do Executivo através das comissões da Casa, a comissão de execução orçamentária, a comissão de fiscalização dos gastos do Governo e dos contratos feitos. Então, eu penso que nós não podemos ser contrários a qualquer iniciativa de deputado que vise justamente fiscalizar, acompanhar a execução orçamentária, etc. Porém, o Requerimento nº 2641 é muito genérico. Eu penso assim: você quer fiscalizar um contrato, saber se houve alguma irregularidade, saber se um aditivo foi feito de forma a encarecer ainda mais aquela obra, enfim, eu penso que é perfeitamente justificável. Agora, pedir todos os contratos de todas as secretarias é uma coisa muito genérica. Então, eu queria registrar, senhor presidente, o meu voto contrário com relação a este Requerimento nº 2641. Mas eu queria registrar o meu voto favorável ao Requerimento nº 3130, que pede os valores em atraso dos repasses destinados à saúde dos municípios, e há quanto tempo esses repasses estão ou ficaram em atraso. Até porque eu tenho recebido, no meu gabinete, esses questionamentos de atrasos de repasses para a saúde dos municípios, a hospitais que estão em dificuldade financeira. Eu acho que é perfeitamente justificável um requerimento desta natureza para fiscalizar essa questão específica. E quanto ao Requerimento nº 3.131, também na mesma esteira daquilo que eu falei com relação ao primeiro requerimento, é muito genérico, mas sempre votarei a favor da prerrogativa de o deputado fiscalizar. Então, voto favorável a um dos requerimentos — o segundo — e voto contrário aos demais.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, colegas parlamentares, o primeiro ponto que eu queria destacar é que não estamos aqui, deputado Pedro Kemp, discutindo o mérito dos requerimentos. Seria muito importante que a gente estivesse fazendo isso, para que houvesse vontade parlamentar de ter a compreensão e o detalhamento dessas informações. Nós estamos discutindo a imputação da base do Governo na utilização de um instrumento regimental para que este parlamentar seja obrigado a discutir e votar um requerimento de informações, quando, na verdade, solicitou a retirada. Algo que corriqueiramente, quando esta Casa, ou qualquer outro parlamentar, apresenta um projeto de medalha, de título ou qualquer outra proposição, todo mundo teria um alívio e diria: “Vamos embora para casa, acabou a sessão”. Mas não. Vamos obrigar a votação desse requerimento para que ele seja enterrado. Acontece que este deputado,

deputado Pedro Kemp, já imaginava e já ouviu várias vezes integrantes do Governo ligando — todas as vezes que o requerimento chegou em pauta — a alguns deputados e ordenando: “Derrubem! Não queremos a obrigação de responder a esse requerimento de informações.” Então, a nossa estratégia sempre foi muito clara. Como protesto, coloquei em pauta e retirei a maior quantidade de vezes que consegui. É histórico e está na pauta oficial desta Casa: mais de cinco ou seis vezes esses requerimentos entraram e saíram de pauta a pedido do autor. Agora, já que Vossa Excelência, deputado Pedro Kemp, debate e questiona esse requerimento, eu gostaria de ter a oportunidade de explicar um a um deles e o respectivo porquê. O primeiro Requerimento nº 2.641 requer à Mesa Diretora as seguintes informações: referentes a todos os contratos realizados pelo Poder Executivo, cópias deles e dos respectivos aditivos, termos de referência, de todas as secretarias que sofreram alterações e renovações nos prazos de vigência no período compreendido entre janeiro de 2025 e a data do presente requerimento. Isso porque houve um decreto de contingenciamento e alguns aditivos, renovações e alterações em todas as secretarias. Alguns nós pesquisamos e conseguimos. Agora, são informações que, apesar de genéricas, com relação à expansão, são específicas, porque, uma vez entregue o contrato, o termo de referência, as medições e o objeto, todos os parlamentares conseguirão fazer as investigações e análises pertinentes à sua área de atuação, face a essas informações que já deveriam estar no Portal da Transparência. E lá, sim, informações genéricas são lançadas. Quanto ao segundo Requerimento nº 3.130, nós solicitamos as informações sobre quais os valores em atraso nos repasses destinados à saúde dos municípios de Mato Grosso do Sul, há quanto tempo esses repasses estão ocorrendo ou ficaram em atraso, com a devida identificação dos programas ou rubricas afetadas, para que possamos entender a situação fiscal do estado e o porquê de isso estar acontecendo. E se nós não solicitarmos o todo, deputado Zeca do PT — e pedirmos especificamente ao município de Ivinhema, cujo prefeito não conseguiu segurar a “bronca”, e à prefeita de Aral Moreira, que teve que expor a situação e tomar medidas, dizendo: “Estou tomando essas medidas porque o Estado está em atraso, o Estado está com dificuldades financeiras” — não vamos conseguir entender. Então, nós precisamos ter a totalidade das informações. E veja: se ao Tesouro Nacional as informações são suficientes, a nós não pode deixar de ser, porque está havendo falha na política pública, falha na qualidade do serviço, falha na entrega. E, quando digo que o governador não tem entregas, misteriosamente ele aparece agora no seu Instagram falando que tem entregas. Está entregando coisa que é particular, investimento particular, está entregando... Tudo ele entrega agora! Está entregando escolas, fazendo repasses às prefeituras, que são obrigações constitucionais. Está entregando o atraso, a falta de planejamento, a falta de gestão, a falta de transparência. Tem aliado sendo preso, com a Polícia Federal dentro do Parque dos Poderes quase todo mês. É isso que ele está nos entregando. E quando faço o outro Requerimento nº 3131/2025 ao senhor Flávio César,

solicitando informações detalhadas sobre a aplicação dos recursos financeiros provenientes dos últimos empréstimos contratados pelo estado, bem como dos valores oriundos dos depósitos judiciais e a relação dos contratos firmados nos últimos cinco anos com BNDES, Bird e BID, é porque esses órgãos nos responderam que a falta do repasse daquilo que está contratado — quer dizer, 11% ou 15% na última atualização das liberações dos recursos — está em atraso porque há problemas na gestão do estado. E o fato de o estado ter ganhado um respiro com a PEC dos Precatórios — inclusive, com esse pagamento agora da parcela do décimo terceiro —, ele não pode apagar a importância de termos essa documentação e trazermos esses debates para dentro desta Casa. A atividade parlamentar é cobrar o Governo, é fiscalizar. E se eu estiver errado, deputado Junior Mochi, que o Estado consiga calar para seus aliados, que não conseguem mais esconder da população os atrasos do Estado. Se a eles serve a justificativa, a mim não é suficiente a venda nos olhos para não entender o que efetivamente está acontecendo. Eu acho que esta Casa tem uma oportunidade de ouro, ao votar esses requerimentos, e o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul de orientar sua base, no lugar de derrubar o requerimento. Parece que está com medo. É uma covardia! É um estado que renuncia e projeta uma renúncia de receita fiscal de mais de onze bilhões de reais, quase metade daquilo que arrecada; e não diz a quem. E, quando a gente pegou uma pequena parte disso, viu eles lá, emaranhados num mar negro, sujo, de corrupção, emporcalhado. É dinheiro público! Vejam: qual a programação de educação? Os resultados do estado estão cada vez piores quanto às entregas, e o Governo vem dizer que essa Casa tem que vendiar os olhos para simples pedidos de informação de um único deputado de oposição que vem a Plenário tentar fazer o seu trabalho e mostrar à população, que tem o direito de se debruçar... O problema é meu, se eu quero analisar todos os contratos. Já disseram aqui, nesta Casa, que teria que trazer um caminhão de papel. Me dê um HD pequenininho, um pen drive, e deixe eu me debruçar sobre esses documentos, sob pena de faltar saúde, educação, moradia e asfalto. E quem se debruçará — se não for esta Casa e este parlamentar — vai ser a polícia, serão as operações policiais; e não terão piedade, como estão demonstrando em todos os municípios que possuem interferência e interligação com o Governo do Estado nos últimos anos. Era o que eu tinha para solicitar, o apoio à retirada desses requerimentos, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão. Para discutir, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Senhor presidente, parabéns o Governo e, em especial, a Secretaria de Estado Fazenda, pela nota 9,6 em transparência dada pelo Tesouro Nacional, órgão absolutamente isento.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão... Encerrada a discussão. Vamos à votação simbólica. Favoráveis aos requerimentos,

permaneçam como se encontram. Contrários, manifestem-se. Resultado: apenas dois votos favoráveis (deputados Pedro Kemp e Zeca do PT) a um dos requerimentos. Todos os demais rejeitados. Item 8. Moções de pesar. Moção de pesar, proposta pelo deputado Caravina, em razão do falecimento de Lucas Gabriel Moura Arantes Pereira. Moção de pesar, proposta pelo deputado Junior Mochi, pelo falecimento do senhor Cláudio Luís da Silva. Em discussão. Os deputados que as aprovam, continuem como se encontram. Aprovadas. Registro a presença da vereadora Amanda Inácio Lima, de Aparecida do Taboado. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Não havendo mais oradores inscritos e nada mais havendo a tratar, esta presidência vai declarar encerrada a Sessão. Está encerrada (11h37min).